

# CONCEPÇÕES DE GUARDAS MUNICIPAIS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS POTENCIALIDADES EM PARAUAPEBAS (PA)

Josivaldo Ferreira da Silva<sup>1</sup>

Davison Marcio Silva de Assis<sup>2</sup>

Jéssica Herzog Viana<sup>3</sup>

Ana Cláudia Caldeira Tavares-Martins<sup>4</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa investigou as concepções sobre Educação Ambiental (EA) dos guardas municipais (GM) do município de Parauapebas (PA). Este foi um estudo qualitativo, exploratório e descritivo. A coleta de dados foi realizada com análise documental e questionário semiestruturado, com amostragem probabilística. Em especial, os GM compreendem meio ambiente (MA) como o lugar em que se vive e natureza, as concepções de EA que prevaleceram foi a Científica e Conservacionista. Verificou-se que a Guarda Municipal possui potencial para ações e práticas em Educação Ambiental, atuando na proteção ambiental e favorecendo a conservação do MA no município.

**Palavras-chave:** Segurança Pública Municipal; EA Não-Formal; Proteção Ambiental.

**Abstract:** The Environmental Education (EE) conceptions of municipal guards (MG) in the municipality of Parauapebas (PA, Brazil) was investigated. This was a qualitative, exploratory, and descriptive study. Data collection was performed using document analysis and a semi-structured questionnaire, with probabilistic sampling. In particular, MG understand environment as the place where you live and nature, the prevailed EE concepts were the Scientific and Conservationist. This study verified that the Municipal Guard has potential for environmental education actions and practices, acting in environmental protection and favoring the environment conservation in the municipality.

**Keywords:** Municipal Public Security; Non-Formal EE; Environmental Protection

<sup>1</sup> Universidade estadual do Pará UEPA/PPGCA. E-mail: j.ferreirasilvabio@gmail.com,  
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7082401642489391>

<sup>2</sup> Universidade estadual do Pará UEPA/PPGCA. E-mail: davison-assis@hotmail.com,  
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3107290671697620>

<sup>3</sup> Universidade estadual do Pará UEPA/DCNA. E-mail: jessicaviana@uepa.br,  
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9946346302008600>

<sup>4</sup> Universidade estadual do Pará UEPA/PPGCA. E-mail: tavaresmartins7@gmail.com,  
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6547250062275801>

## **Introdução**

Durante um longo período a inter-relação do homem com a natureza foi baseada apenas na sobrevivência, explorando cada vez mais o meio ambiente (HANSEL et al., 2020). A Educação Ambiental (EA) surge com o objetivo de desenvolver nas pessoas uma consciência crítica, por se tratar de uma política socioambiental, buscando estimulá-las a procurar soluções para os vários problemas que vem surgindo em torno da esfera ambiental (GUIMARÃES, 2004). Neste sentido, a EA é caracterizada como sendo uma das ações importantes para a formação dessa consciência crítica e política no cidadão, em benefício da preservação e conservação sustentável do meio ambiente (MELO et al., 2019).

Segundo Gohn (2010), há um grande potencial no uso dos espaços e da educação não-formal em atividades de EA, possibilitando uma forma de melhorar a compreensão de mundo, aprimorando a relação do homem com a natureza, estimulando a formação de cidadãos críticos com relação ao meio ambiente. A EA não-formal traz a possibilidade de discussões de temas fora do âmbito escolar e, perpassando esses muros, observamos inúmeras possibilidades de discussões de temas ambientais (QUEIROZ et al., 2017).

A política nacional de Educação Ambiental nos traz um dos conceitos da Educação Ambiental, como:

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Essa política, também nos mostra a EA não-formal como uma ferramenta do processo a ser utilizada para o desenvolvimento da EA, sendo elas: “(...) as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

Assim, no contexto não-formal, podemos incluir a guarda municipal (GM), uma vez que essa instituição se encaixa neste termo, por ser um órgão intra e extraescolar. Segundo Silva (2018), a Guarda Municipal se destaca como sendo uma instituição de segurança pública de caráter municipal e civil, uniformizada e atualmente armada. O armamento dessa instituição foi implementado com o advento da lei federal nº. 13.022/14 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), onde foi incluída a competência de proteção do patrimônio ecológico, histórico e ambiental. Além disso, abre-se um leque de possibilidades de sua atuação, como podemos ver em seu Art. 3º:

São princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; [...] IV - compromisso com a evolução social da comunidade (BRASIL, 2014)

No contexto do município de Parauapebas, a GM foi criada no ano anterior da lei federal, com a lei municipal de criação 005/2013 da GM de Parauapebas, onde já traz a viabilidade da promoção, preservação e conservação do meio ambiente por intermédio da educação e fiscalização. Seu artigo 3º, inciso VI, cita: “Promover a preservação dos mananciais e a defesa da fauna e a flora, educando e fiscalizando, mediante convênio com o órgão competente do Município” (PARAUAPEBAS, 2013). Com isso, a guarda municipal de Parauapebas é um órgão que está em contato direto com a comunidade e, portanto, possui potencialidades para contribuir ainda mais com a EA.

Para se explorar essas potencialidades, o estudo do conhecimento prévio das concepções de Meio Ambiente e de Educação Ambiental dos sujeitos envolvidos no processo educativo, pode proporcionar ações e estratégias de forma contextualizada no desenvolvimento de ações mais sustentáveis na relação sociedade-natureza que possam garantir as condições necessários para a sobrevivência das futuras gerações (MARIA; ZANON, 2012). Isso viabilizaria a construção de sujeitos críticos e reflexivos em nossa sociedade, possibilitando o desenvolvimento de caminhos para ações educativas efetivas (ESTEVAM, 2015).

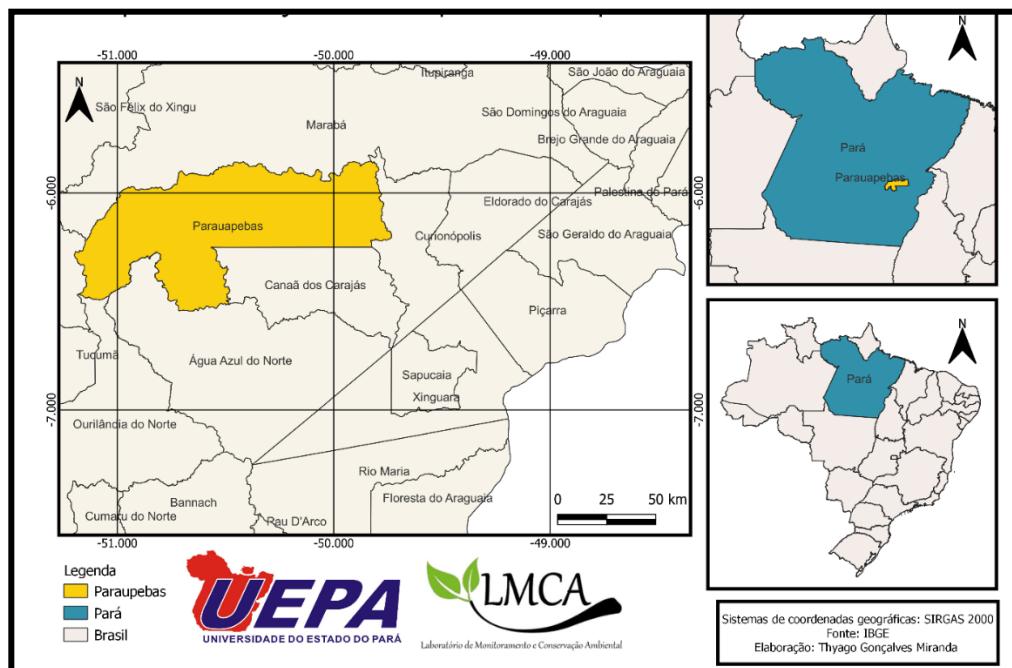
As concepções podem ser definidas primeiramente como “sistemas complexos de explicação” e “rede complexa de ideias, conceitos, representações e preconceitos” e, em segundo, como a “operação de construção de conceitos” (MATOS; JARDILINO, 2016). Assim sendo, podem nos informar a maneira como as pessoas percebem, avaliam ou agem com relação a determinados fenômenos, envolvendo processos de formação de conceitos (MATOS; JARDILINO, 2016).

Muitas das pesquisas que têm por objetivo relatar ou avaliar as concepções ambientais dos indivíduos podem tornar-se excelentes instrumentos para a educação e transformação destes, desde que possibilitem condições para a reflexão pelo próprio indivíduo (VENTURIERI; SANTANA, 2016). É nesta perspectiva da preocupação com o meio ambiente, da lacuna deixada pelo poder público no que diz respeito ao tema, da pouca compreensão pela comunidade sobre EA, que esta pesquisa tem como objetivo compreender quais as concepções dos guardas municipais sobre Educação Ambiental, a fim de buscar alternativas de como desenvolver a sua eminente potencialidade de educador ambiental no município de Parauapebas-PA.

## **Metodologia**

A presente pesquisa foi realizada no município de Parauapebas (Figura 1), localizado no Sudeste Paraense. Situada a 719 quilômetros da capital, Belém, tem extensão territorial de 6.886,208 km<sup>2</sup>, sua economia se baseia principalmente na mineração e apresenta a população estimada em 218.787 habitantes (IBGE,

2023). Essa região possui ainda como base econômica a exploração direta dos recursos naturais, minério de ferro, alumínio e cobre (THÉRY, 2010).



**Figura 1:** Mapa de localização do município de Parauapebas-PA.

**Fonte:** Autores (2023).

Para a pesquisa, quanto a sua abordagem, optou-se pela metodologia qualitativa na abordagem e exploratória e descritiva na definição dos objetivos (FERNANDES et al., 2018). A coleta de dados foi realizada com análise documental e questionário semiestruturado.

Os documentos examinados foram, diretrizes e ações do Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (CEAP) e Documentos, diretrizes e ações da gerência de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Parauapebas (SEMMA).

Os questionários semiestruturados buscaram revelar opiniões, atitudes, ideias e julgamentos de indivíduos da guarda municipal de Parauapebas-PA. Foram utilizados questões que foram respondidas por escrito pelo pesquisado (GIL, 2017), cuja abordagem envolveu: 1. Aspectos socioeconômicos, 2. Concepção ambiental, 3. Nível da abordagem da Educação Ambiental em sua formação inicial e na de guarda municipal.

A amostragem realizada foi a probabilística, a partir do número total de guardas municipais, obtendo o total da amostra com 97 guardas, com erro amostral de 5%, utilizando-se as fórmulas:  $N_0 = 1 / E_0^2$ ;  $n = N \cdot N_0 / N + N_0$ . Onde:  $N_0$  - tamanho provisório da amostra;  $E_0$  - erro amostral,  $n$  - tamanho da amostra,  $N$  - tamanho da população.

$$\begin{array}{lll}
 \text{Assim, } N=1/0,05^2 & N=1/0,0025 & N=400 \\
 & n=128x400/128+400 & \\
 & n=51x200/528 & \\
 & n=97 \text{ (amostragem)} &
 \end{array}$$

A presente pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e foi aceita pelo Comitê de ética em Pesquisa (CEP) sob o número CAAE: 56924922.8.0000.5174. Os critérios para inclusão na pesquisa dos participantes deram-se a através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), não havendo obrigatoriedade da participação na pesquisa.

### **Análise dos dados**

As respostas dos questionários foram tabuladas em planilhas e quantificadas para o cálculo das porcentagens. As análises dos documentos examinados foram relacionadas com as respostas obtidas nos questionários dos entrevistados para se buscar a compreensão das concepções dos guardas municipais de Parauapebas.

### **Resultados e discussão**

#### ***Aspectos legais da ação dos guardas municipais e suas inserções na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)***

No âmbito do município de Parauapebas, a guarda municipal já realizou e realiza legalmente ações de operações de fiscalização dando apoio a secretaria de meio ambiente (SEMMA) com relação a poluição sonora, estando em conformidade com o previsto no Art. 2º do PNEA e com a Lei 13.022 Art. 5º, inciso VII.

Além disso, a Guarda Municipal tem todo o embasamento legal na Lei 005/2013 art. 3º, inciso VI, para atuação na esfera ambiental em Parauapebas, onde já realizou algumas ações em apoio a secretaria municipal de educação (SEMED), secretaria municipal de urbanismo (SEMURB), secretaria municipal de meio ambiente (SEMMA) e DEFESA CIVIL (Quadro 1).

**Quadro 1:** Ações previstas no regimento e que já foram ou são realizadas pela guarda municipal de Parauapebas.

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>AÇÕES REALIZADAS</b>
Secretaria municipal de educação (SEMED)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Palestras educativas em escolas municipais por meio do grupamento escolar- GCE, onde se abordam temas variados com questionários ao final das apresentações;</li> </ul>
Secretaria municipal de urbanismo (SEMURB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio na desapropriação de áreas e terrenos invadidos por populares;</li> </ul>

*Continua...*

*...continuação.*

INSTITUIÇÃO	AÇÕES REALIZADAS
Secretaria municipal de meio ambiente (SEMMA)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio no levantamento faunístico, do projeto PROSAP- Programa de Saneamento Ambiental, Macrodrrenagem e Recuperação de Igarapés e Margens do Rio Parauapebas;</li></ul>
Defesa Civil	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio em serviços solicitados, simulações de desastres naturais, desmoronamento de morros, rompimentos de barragens, a poio aos agentes e famílias em situação de alagamentos e desapropriação de áreas que sofrerão invasão por populares.</li></ul>

**Fonte:** Autores (2023).

### **Aspectos socioeconômicos**

A idade da grande maioria (67,0%) dos guardas municipais está entre 30-39 anos, seguido por 23,7% que apresentam entre 40-49 anos, 7,2% com 20-29 anos e 2,1% com 50 anos em diante. Quanto a seus locais de nascimento, os guardas são, em sua maioria, naturais da região Norte (66,0%), seguidos de 28,9% do Nordeste, 4,1% do Centro-Oeste e, por fim, 1,0% da região sudeste. Observamos uma média de três moradores por residência, sendo uma criança e dois adultos.

A grande maioria dos GM possui nível superior completo (44,3%), seguido de 22,7% com ensino superior incompleto, 15,5% com pós-graduação e 17,5% com ensino médio. Várias pesquisas demonstram que a escolaridade pode afetar a responsabilidade pessoal, a ética e a consciência social, onde os níveis de escolaridade mais elevados e a percepção positiva de caracteres que compõem o meio ambiente estão relacionados demonstrando que os indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados tendem a ser mais amigos do meio ambiente (MEYER, 2015).

As formações no Ensino Superior dos GM variam dentre todas as áreas de conhecimento existentes, sendo em grande parte na área de Ciências Humanas (60,8%), mas também nas Engenharias (5,2%), Ciências Sociais (4,1%), Linguagens, Letras e Artes (4,1%), Ciências da Saúde (3,1%), Ciências Biológicas (1,0%) e Agrárias (1,0%). Sabendo assim que a EA nos cursos superiores tem como função primordial a adaptação dos indivíduos à sociedade e esses mesmos às condições limitadas do ambiente natural em que vivem, tal adaptação faz-se a partir do preparo intelectual onde há de haver uma transmissão/aquisição de conhecimentos científicos acerca do ambiente (TOZZONI-REIS, 2001).

### **Concepções ambientais**

Quando questionados sobre o que entendem por meio ambiente, observou-se seis vertentes, conforme as categorias apresentadas por SAUVÉ (2005). A concepção predominante foi Lugar em que se vive (53,6%), seguida de Natureza (17,5%), Recurso (8,2%), Problema (7,2%), Biosfera (7,2%) e Sistema (6,2%).

Revbea, São Paulo, V. 19, N° 3: 335-352, 2024.

Essas concepções de meio ambiente, varia para cada pessoa possuindo raízes de acordo com suas crenças, valores, vivências sociais e interesses (DILL; CARNIATTO, 2020).

A concepção Lugar em que se vive (53,6%), podemos observá-la na fala do GM D.C.S.C.: “É o ambiente composto pelas diversas formas de vida que nos cercam, do qual vivemos e fazemos parte”. Retratando o “aqui e agora” das realidades cotidianas de cada indivíduo, tornando que estes possuam um olhar renovado para com o meio e ao mesmo tempo que apreciativo, também crítico, trata-se, portanto, de redirecionar a si mesmo com respeito às relações que se mantém com o lugar em que se vive (SAUVÉ, 2005). Assemelhando-se a ideia Biocêntrica de Fernandes *et al.* (2002), que entende o homem como sendo mais um ser vivo inserido na natureza, reconhecendo um valor intrínseco ao mundo natural, independentemente da finalidade que este possa ter ao homem.

Na concepção de meio ambiente como Natureza (17,5%), os agentes compreendem como algo para apreciar, para respeitar e para preservar, sentem-se longe ou a parte do meio. Nessa forma de pensamento estes deixam existente uma lacuna entre o ser humano e a natureza, que é de suma importância que seja eliminada, buscando-se assim uma reconstrução do pertencimento à natureza e a teia da vida (SAUVÉ, 2005). Essa concepção pode ser observada na fala do GM M.P.S.: “É tudo que está inserido em um ambiente de natureza, ou seja, fauna e flora”. A vista disso, conforme Reigota (1998), tais concepções estabelecidas por estes agentes, consistem em representações sociais dos mesmos, relacionadas de tal maneira com suas vivências.

Na concepção Recurso (8,2%), os agentes observam o meio ambiente pela ótica da “gestão” das suas próprias condutas individuais e coletivas, buscando tratar com respeito e zelo aos recursos vitais extraídos do meio ambiente (SAUVÉ, 2005). Pode ser evidenciado tal pensamento, na fala do GM M.S.L.S.: “refere-se ao conjunto de fatores físicos, químicos e biológicos, onde garante a sobrevivência dos seres vivos em geral”.

A concepção Problema (7,2%) demonstra um pensamento para prevenir e para resolver, e nessa forma de pensar o meio ambiente o indivíduo procura o desenvolvimento de habilidades de investigação crítica das realidades do meio em que vivemos e de diagnóstico de problemas que se apresentam (SAUVÉ, 2005). Essa forma de pensar o meio ambiente, podemos notar na fala do GM C.R.E.S.: “É um sistema complexo onde o ser humano é o protagonista, estando ele responsável por proteger e conservar a fauna e flora”. Uma forma de mudar essa concepção é desenvolver ações visando a imediata resolução de tais problemas ou mesmo a modificação do comportamento humano que só é possível quando estes se enxergam parte do meio em que vivem (PINHEIRO *et al.*, 2016).

A concepção Biosfera (7,2%) trata de um pensamento que nos induz a considerar uma interdependência das realidades socioambientais em nível macro, ou seja, mundial, tendo dessa maneira uma consciência planetária e até mesmo cósmica do meio ambiente, enxergando a Terra como uma mãe da vida, tornando-se assim um jardim compartilhado (SAUVÉ, 2005). Tal pensamento podemos

evidenciar na fala do GM J.S.S.: “é tudo que está na superfície do planeta”. Indo de encontro ao pensamento de Sauvé (2005), Dias (2006) também nos traz uma compreensão abrangente das relações em que contemplam organizações políticas, culturais, econômicas, éticas, religiosas, artísticas ou ecológicas, podendo ocorrer tanto a nível local, como também a nível global.

Por último, temos a concepção de Sistema (6,2%) que nos remete para compreender, para decidir melhor, podendo ser entendida dentro de um pensamento sistêmico, aprendendo a conhecer e respeitar toda a diversidade, riqueza e complexidade de seu próprio meio ambiente (SAUVÉ, 2005). Percebemos esse pensamento a respeito do meio ambiente na fala do GM R.C.: “Interação harmoniosa entre os organismos, ou seja, a fauna e flora numa sistematização de sobrevivência”. Muito parecido também com a concepção Biocêntrica-Biológica-Física-Social de Fernandes et al. (2002), na qual é retratada como sendo a concepção mais integradora dentre todas as propostas em seu estudo, uma vez que vai envolver tanto o ambiente biológico, como o físico e o sociocultural.

Em se tratando das concepções de Educação Ambiental dos agentes, foi possível categorizá-las, de acordo com Sato e Carvalho (2009), como: Científica (30,9%), Conservacionista (20,6%), Crítica (20,6%), Sustentabilidade (13,4%), Naturalista (12,4%) e Práxica (2,1%).

Dentro das correntes de pensamento da EA, a Científica (30,9%) considera a educação que dá ênfase ao processo científico, buscando abordar de forma rigorosa as problemáticas ambientais tentando compreendê-las melhor, o meio ambiente torna-se um atrativo estimulando o interesse científico e preocupação dentro da dimensão social, sendo objeto de conhecimento (SATO E CARVALHO, 2009). Esta fica evidente na fala do GM P.R.V.O.: “*Educação Ambiental vai ao encontro de estudos e relações entre conhecimento teórico e aplicação prática. Tudo que envolve conhecimento e aprendizado de modo geral*”.

A concepção Conservacionista (20,6%) está centrada na conservação dos recursos naturais, onde se enxerga uma preocupação com a administração do meio ambiente (SATO e CARVALHO, 2009). Fica evidente essa corrente de pensamento na fala do GM A.C.A.: “*Meio pelos quais o indivíduo constrói valores sociais voltados para preservação e conservação do meio ambiente*”. Podendo ser tratada também como concepção Pragmática que para Layrargues e Lima (2011), representa uma derivação da vertente conservacionista representando assim dois momentos de uma mesma linhagem de pensamento que se ajustaram às injunções econômicas e políticas do momento até ganhar uma face modernizada.

Na concepção Crítica (20,6%) trata de um pensamento dentro da teoria crítica que insiste nas dinâmicas da sociedade e que se encontram dentro das bases e realidades das problemáticas ambientais, trata-se de um componente político que busca apontar transformações nas realidades existentes, assim como objetiva promover ambientes educativos de movimentação dos processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais (GUIMARÃES,

2004; SATO E CARVALHO, 2009). Tal corrente de pensamento pode ser observada na fala do GM M.P.S.: “É trazer de forma dialética para a sociedade estudos que visão conscientizar a população dos males que a degradação do meio ambiente traz para os seres humanos”.

A corrente de pensamento Sustentabilidade (13,4%) trata da ideologia do desenvolvimento sustentável, é indissociável da conservação dos recursos e de um compartilhar equitativo destes, é uma corrente interligada e a serviço de um desenvolvimento sustentável (SATO E CARVALHO, 2009). Essa está evidente na fala do GM J.T.S.: “Forma de transmissão de conhecimento sobre o meio ambiente promovendo a preservação, conservação e uso sustentável do meio ambiente”.

O pensamento Naturalista (12,4%) se centraliza na relação com a natureza, é uma educação para a conservação centrada nos três R's de Redução, Reutilização e Reciclagem, se associa muitas vezes com a corrente conservacionista/recursista (SATO E CARVALHO, 2009). Esta pôde ser observada nas palavras do GM A.L.A.S.: “Forma de preservação e conservação do meio ambiente”. Ainda dentro desta forma de pensamento Carvalho (2004) nos informa que se faz necessário superar essa forma de pensamento naturalista passando para uma visão socioambiental, que se pauta na compreensão de que essas dimensões naturais e sociais do ambiente estão interagindo e acabam se modificando de uma forma variável, permitindo um olhar mais crítico das relações que transpassa as questões ambientais.

A corrente de pensamento concebida como Práxica (2,1%) destaca que a aprendizagem está na ação, pela ação, buscando a melhora desta, e consiste em forma essencial, integrar a reflexão e a ação, tratando-se de um processo participativo, que visa resolver problemas de caráter socioambientais (SATO E CARVALHO, 2009). Essa forma de enxergar a EA pode ser vista na fala do GM J.A.O.: “Manter de forma equilibrada o meio em que vivemos, promovendo ações práticas para com o meio ambiente”.

Quando indagados os agentes sobre o que são problemas ambientais foram respondidos: Uso indiscriminado dos recursos naturais (57,7%), Ações antrópicas (29,9%), Desinteresse pelo tema ambiental (7,2%) e Ausência do poder público (5,2%). A fala do GM D.C.S.C. representa a categoria “Uso Indiscriminado Dos Recursos Naturais”: “É o uso irresponsável dos recursos naturais, agressão ao meio ambiente”. A categoria “Ações Antrópicas” pode ser vista na fala do GM A.C.A.: “São consequências causadas pelas ações antrópicas no meio ambiente”. Desinteresse pelo tema ambiental pôde ser representada na fala do GM M.S.: “Falta de conscientização do ser humano à não preservação do meio ambiente, causando a poluição”. Ausência do Poder Público está representada na fala do GM C.D.P.: “Falta de investimento em fiscalização ambiental”. Revelando assim que esses agentes são capazes de entender os problemas ambientais enfrentados na atualidade pela sociedade a nível global. Queiroz (2019), nos mostra a importância de entendermos os diversos problemas ambientais, vividos na atualidade fazendo também um paralelo da conservação ambiental com os diversos tipos de violência vividas pela população na área da

segurança pública, demonstrando que é fato que crimes ambientais acabam afetando e causando diversos prejuízos e violências as comunidades.

### ***Educação Ambiental na formação inicial dos guardas e na guarda municipal.***

Segundo os GM, observou-se que a EA foi inserida nos seus cursos de graduação de forma Eventual em 30,93%, Raramente em 22,68%, Nunca em 20,62%, Frequentemente em 19,59% e Muito Frequentemente em 6,19%. Meyer (2017) afirma que a temática socioambiental no âmbito das universidades necessita estar institucionalizada de maneira ativa, fazendo uso de políticas de EA a partir de um gerenciamento democrático e participativo. Por sua vez, Stanquevski (2019) sugere que a universidade do novo milênio deve se comportar e organizar-se para a formação de um profissional crítico compreendendo também uma sensibilização com a realidade ambiental. Quando indagados quanto as temáticas abordadas dentro dos seus cursos de graduação os GM citaram: Não Lembra (43,3%), Sustentabilidade (18,6%), Preservação e Conservação (17,5%), Poluição Ambiental (13,4%), e Legislação Ambiental (7,2%).

Ao dizer que a EA “Nunca” (20,62%) foi inserida e que “Não Lembro” (43,3%) de ser abordada, pode ser resultado de, apesar da sua importância atual, a EA ainda esteja sendo abordada de forma insípiente pois, segundo o PNEA, este estabelece que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis de ensino inclusive o superior e de forma transversal. Por outro lado, dentre os que tiveram a EA inserida e lembra das temáticas, a Sustentabilidade foi mais abordada. Segundo Nascimento (2012), a sustentabilidade éposta no núcleo dos debates de interesses de natureza geral apresentando assim dimensões de interesses comuns a toda sociedade, tornando-se uma temática de fácil associação.

Durante a formação para exercer a função de Guarda Municipal os entrevistados disseram que o tema MA foi tratado: Eventualmente (40,2%), Raramente (25,8%), Nunca (17,5%), Frequentemente (14,4%) e Muito Frequentemente (2,1%), demonstrando que se torna necessário repensar a abordagem desse assunto, com uma maior introdução do tema. A maior frequência na inclusão do tema MA se faz importante para que os profissionais consigam o suporte necessário, compreendendo de forma crítica e consciente as diversas realidades do MA apresentando possíveis soluções e estratégias ambientalmente sustentáveis (PITA et al., 2021).

Sobre as temáticas MA abordadas nos cursos de formação, a maioria dos informantes Não Lembra (42,3%), e outros relataram: Legislações Ambientais e Atuação da GM (22,7%), Preservação e Conservação (14,4%), Sustentabilidade (12,4%) e Poluição Ambiental (8,2%). No curso de formação inicial de 2015, dentro dos módulos é possível observar as temáticas de MA nos módulos I e II.

No MÓDULO I, observa-se na ementa da disciplina “Legislação e o papel da guarda municipal na preservação e defesa do meio ambiente” são abordadas: a lei 9.605 de 1998 que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; lei 13022/2014 do estatuto geral

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 3: 335-352, 2024.

das guardas; e lei 005/2013 de criação da GM de Parauapebas. Assim, essa disciplina trata do papel e das atribuições dos agentes quanto a fiscalização e educação conforme destaca as leis. No MODULO II, as disciplinas “Espaço público, Guarda Municipal e comunidade”, “Guarda Municipal na comunidade escolar” e “Gestão integrada da segurança pública municipal” visam o desenvolvimento de habilidades e competências nos agentes para atuarem em defesa de um meio ambiente saudável, por meio da fiscalização e educação.

Então, verifica-se que há um direcionamento para atuação desses profissionais como educadores ambientais. Há subsídios na formação desses profissionais que os legitima para serem atuantes no meio ambiente como protetores do meio ambiente, mas é possível que seja necessário maiores oportunidades no dia-a-dia que permita o autorreconhecimento do papel dos GM's.

Quando questionados se na formação para exercer a função de Guarda Municipal foi abordado o tema EA, os informantes apresentaram relatos diversos como: Nunca (33,0%); Eventualmente (33,0%); Raramente (21,6%); Frequentemente (11,3%) e Muito Frequentemente (1,0%). E, com relação as temáticas abordadas dentro desse tema, a maioria Não Lembra (61,9%), outros mencionaram as temáticas Sustentabilidade (14,4%), Preservação e Conservação (11,3%), Poluição Ambiental (7,2%) e Legislações Ambientais e Atuação da GM (5,2%).

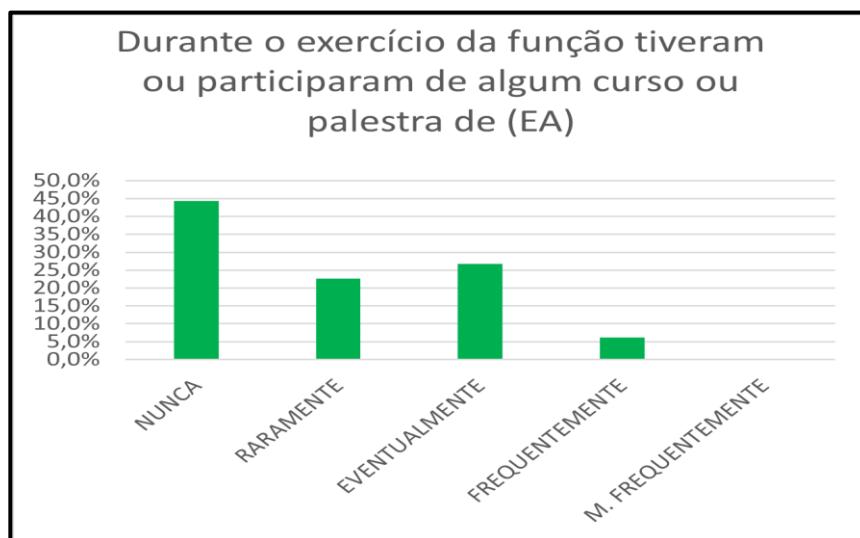
A falta de lembrança pode ser explicada pelo fato destes agentes não associar temas como poluição ambiental, preservação e conservação, sustentabilidade e legislações ambientais com a EA ou mesmo pelo fato de um espaço de tempo muito grande do curso de formação inicial até a presente pesquisa. No entanto, cabe aqui ressaltar que dentro da matriz curricular nacional, os GM's possuem áreas de atuação primordial como: patrimônio público; educação e proteção ambiental, que tem como foco aprimorar os trabalhos de fiscalização às áreas de proteção ambiental e um ambiente escolar seguro para a construção do conhecimento e das relações pessoais (PEREIRA, 2013).

Os GM's também responderam se durante o exercício das funções, tiveram algum curso ou palestra sobre MA, verificando que estas foram: Eventualmente (36,1%), Nunca (27,8%), Raramente (27,8%) e Frequentemente (8,2%). Essas palestras e cursos muitas vezes acabam por despertar a atenção para que temas ambientais sejam parte e assunto comum do dia-a-dia dos cidadãos de modo a garantir uma política ambiental eficiente, fugindo da casualidade, eventualidade, descontinuidade ou de resultados insatisfatórios, podendo-se articular uma EA eficiente às leis vigentes, proporcionando uma formação comum com viés mais crítico ambiental (BRANCO; ROYER; DE GODOI BRANCO, 2018).

Quando indagados sobre as temáticas abordadas no tema MA nesses cursos ou palestras, verificou-se que a maioria Não Lembra (52,6%), e os temas lembrados foram: Sustentabilidade-coleta seletiva, ecoturismo e ODS 2030 (33,0%), Proteção e Preservação (8,2%), Poluição Ambiental (4,1%) e Legislações Ambientais e Atuação da GM (2,1%).

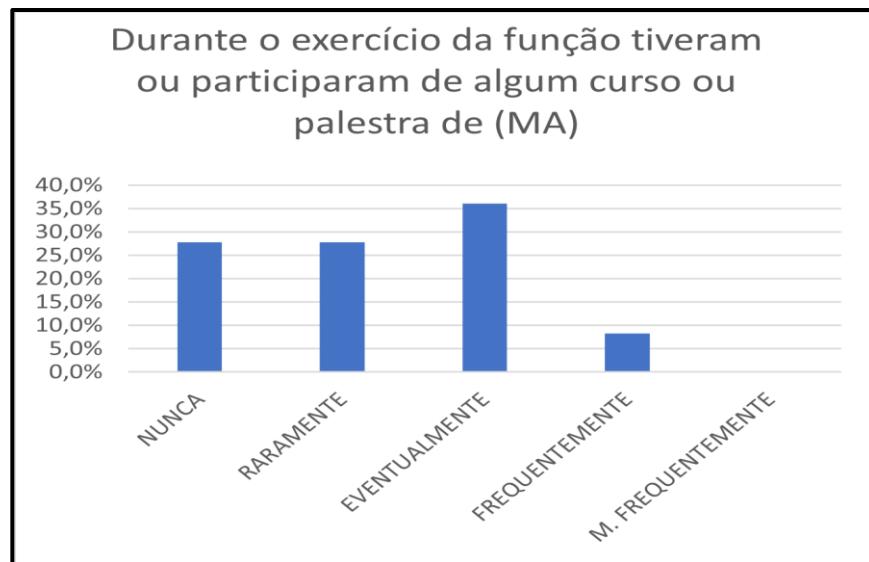
O fato de mais da metade dos GMs não lembrarem dos temas nos mostra que estes agentes necessitam de treinamentos e formações mais frequentes, pois a profissão de GM exige que estes estejam sempre preparados e atualizados. Dentre os temas que foram lembrados pelos GMs, o tema Sustentabilidade-coleta seletiva, ecoturismo e ODS 2030 foi o que prevaleceu, possivelmente pelo fato das ODS 2030 ser tema atual e tratado nos mais diversos setores. Nas ODS 2030 estão listadas uma adversidade de programas, ações e diretrizes que estão agrupadas buscando orientar o trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seus países membros em direção ao desenvolvimento sustentável, formadas a partir de ações negociadas no ano de 2015 (MIRANDA et al., 2021).

Quando questionados aos GM's se durante o exercício das funções dos mesmos, estes já tiveram algum curso ou palestra sobre EA, obtivemos que: Nunca (44,3%), Raramente (22,7%), Eventualmente (26,8%) e Frequentemente (6,2%)(Figura 2). Se comparado com as respostas do tema EA, com o tema MA a opção Nunca foi a com maior resposta em vez de Eventualmente, mas em ambas as temáticas a resposta Frequentemente foi a menos assinalada (Figura 3, próxima página). Isso demonstra que os dois temas necessitam de uma maior atenção por parte da gestão e corpo de comando da guarda municipal para com os agentes atuantes.



**Figura 2:** Questionamentos aos gm's sobre participação em palestras ou cursos sobre EA.  
**Fonte:** Autores (2023).

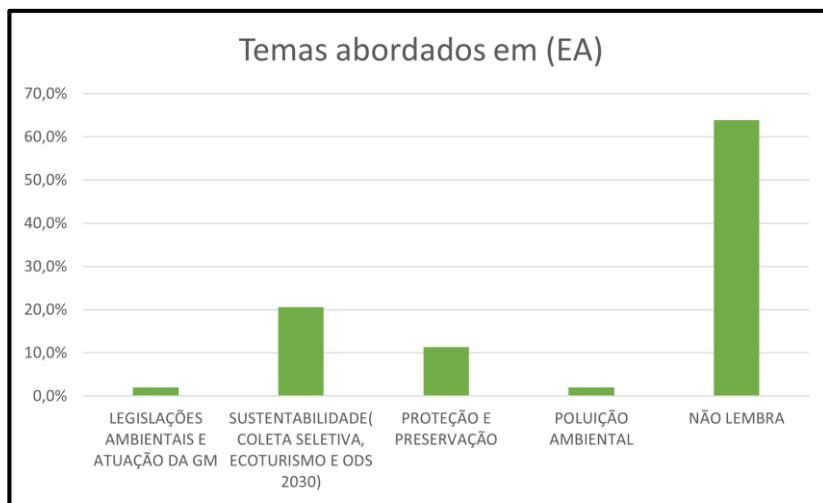
Os agentes que forem atuar na área ambiental, necessitam a priori de cursos e treinamentos no que concerne a temática para que assim providos de conhecimentos possam transmiti-los em suas ações durante os serviços prestados à comunidade. De tal maneira Silva (2019) nos mostra como exemplo em seu estudo a guarda municipal de Ananindeua-PA, que possui grupamento especializado na proteção ambiental e que estes recebem treinamentos especializados para atuar em ações contínuas de prevenção primária no que se refere à proteção do meio ambiente, atuando de forma efetiva na Educação Ambiental dentro do parque ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva.



**Figura 3:** Questionamentos aos gm's sobre participação em palestras ou cursos sobre MA.

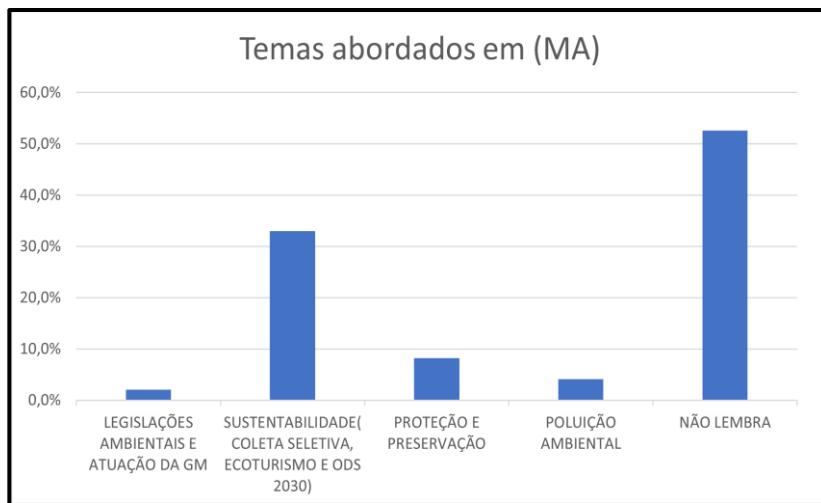
**Fonte:** Autores (2023).

Indagados quanto as temáticas abordadas dentro do tema EA nesses cursos ou palestras, observou-se os seguintes relatos: Não Lembra (63,9%), Sustentabilidade-coleta seletiva, ecoturismo e ODS 2030 (20,6%), Poluição Ambiental (2,1%) e Legislações Ambientais e Atuação da GM (2,1%) (Figura 4). Remetendo assim a respostas próximas entre as temáticas abordadas sobre MA e EA e a prevalência da Sustentabilidade-coleta seletiva, ecoturismo e ODS 2030 em detrimento dos outros assuntos (Figura 5).



**Figura 4:** Temáticas abordadas nos cursos ou palestras de EA.

**Fonte:** Autores (2023).



**Figura 5:** Temáticas abordadas nos cursos ou palestras de MA.

**Fonte:** Autores (2023).

## Conclusão

A GM de Parauapebas atua de forma legal, autônoma e com parcerias entre setores que tratam dos temas como SEMED, SEMMA, SEMURB e DEFESA CIVIL, mostrando capacidade e potencial de atuação em se tratando de MA e EA.

Em se tratando das concepções de MA dos agentes, observamos que a maioria se enxerga como parte do meio ambiente, observando a necessidade de preservá-lo e conservá-lo. Em se tratando das concepções de EA, o pensamento científico foi a que mais se destacou, mostrando que os agentes acreditam que a EA deva dar ênfase ao processo científico, buscando mostrar a forma rigorosa das problemáticas ambientais, tentando compreendê-las da melhor forma possível, entendendo que o meio ambiente deve torna-se um atrativo visando o estímulo e o interesse científico dentro de uma preocupação que incorpora a dimensão socioambiental. A concepção Conservacionista também se destacou, à medida que as respostas dos agentes se encaixam nessa forma de pensamento que centra os esforços na conservação dos recursos naturais e se preocupa com a administração do meio ambiente, destacando que a legislação destes tem um viés paralelo a esta concepção.

Para melhor atuar nessas temáticas, necessita-se que os agentes passem por treinamentos e/ou cursos específicos, que a gestão demonstre interesse e dê a devida importância ao assunto, visto que os entrevistados em sua maioria mostraram que as temáticas de MA e EA nunca ou pouco foram abordadas tanto no curso de formação inicial como em cursos e palestras durante a sua atuação.

Nesse sentido, o Município pode e deve utilizar a GM com vistas a realizar a fiscalização e Educação Ambiental, com amparo legal de proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, adotando medidas educativas e preventivas de atuação. Essas ações podem compreender palestras e práticas de campo educativas como caminhadas em trilhas ecológicas das UC's municipais direcionadas à sensibilização da coletividade e promover

ações de Educação Ambiental a população, com o propósito de provocar valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do MA.

Com essas recomendações, a Guarda Municipal de Parauapebas cumprirá mais efetivamente a missão de proteger o patrimônio ecológico, ao atuar de maneira mais ativa no espaço público, parques, unidades de conservação municipal e monumentos históricos, com ações e práticas educativas voltadas prioritariamente para a conservação do MA.

## Agradecimentos

A Universidade do Estado do Pará – UEPA, , pela oportunidade de cursar minha Pós-graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela alfabetização científica e ensinamentos que contribuíram significativamente para minha formação.

Ao LMCA- laboratório de monitoramento e conservação ambiental da universidade estadual do Pará- UEPA, por todo apoio prestado.

A toda a Guarda Municipal de Parauapebas pelo apoio na pesquisa realizada.

## Referências

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; DE GODOI BRANCO, Alessandra Batista. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 29, n. 1, 2018.

BRASIL. República Federativa do. **Lei nº 13.022 de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm)>. Acessado em: 04 de mar. de 2021.

BRASIL. República federativa do. **Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acessado em: 04 de mar. de 2021.

DIAS, G F. **Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental: práticas inovadoras de Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2006.

DILL, Marcelo André; CARNIATTO, Irene. Concepções de meio ambiente e Educação Ambiental de professores do ensino fundamental I. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 5, p. 152-172, 2020.

ESTEVAM, Cláudio Sérgio. Concepção ambiental na educação básica: subsídios para estratégias de Educação Ambiental. **Acervo da iniciação científica**, n. 2, 2015.

FERNANDES, Alice Munz et al. Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: Análise bibliométrica. **Desafio online**, v. 6, n. 1, 2018.

FERNANDES, Elisabete Chirieleison; CUNHA, Ana Maria de Oliveira; MARÇAL, Oswaldo. Educação Ambiental e Meio Ambiente: concepções de profissionais da educação. **Anais do IV Encontro nacional de pesquisa em educação em ciências**. São Carlos, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Pós-Graduação-Metodologia-Como Elaborar Projetos de Pesquisa-Cap 2**. 2017.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. Cortez Editora, 2010.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental crítica. Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 25-34, 2004.

HANSEL, Claudia Maria et al. **Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. 2020.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades. 2023. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/panorama>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, p. 1-15, 2011.

MARIA, E.C.; ZANON, A.M. A Educação Ambiental a partir de um olhar freiriano. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, 2012.

MATOS, Daniel Abud Seabra; JARDILINO, José Rubens Lima. Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa. **Educ. Form.**, v. 1, n. 3, p. 20-31, 2016.

MELO, Maria Lúcia Gomes Figueira; MIRANDA, Maria Josevett Almeida; DE LIMA, Maria Elena Nascimento. Concepções e práticas de Educação Ambiental. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 9, p. 15495-15509, 2019.

MEYER, A. Does education increase pro-environmental behavior? Evidence from Europe. **Ecological Economics**, n. 116, p. 108-121, 2015.

MIRANDA, Donizeti Leão et al. Educação Ambiental a partir da Agenda 2030: experiências da conscientização e do uso racional da água na educação municipal de Varginha (MG). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 2, p. 174-190, 2021.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 3: 335-352, 2024.

PARAUAPEBAS, Município de. **Lei complementar nº 5**, de 19 de novembro de 2013. Dispõe sobre a criação, organização, competência e estrutura operacional da guarda municipal no âmbito do município de Parauapebas, e dá outras providências.

Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a1/pa/p/parauapebas/lei-complementar/2013/1/5/leicomplementar-n-5-2013-dispoe-sobre-a-criacao-organizacao-competencia-e-estruturaoperacional-da-guarda-municipal-no-ambito-do-municipio-de-parauapebas-e-da-outras-providencias?q=lei+005%2F2013>>. Acessado em: 04 de mar. de 2021.

PEREIRA, Marlene. **Matriz Curricular Nacional para formação das Guardas Municipais revisada**. 2013.

PINHEIRO, Lana Beatriz Corrêa et al. Ressignificação das concepções de Natureza, Meio Ambiente e Educação Ambiental através de uma trilha ecológica. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 196-214, 2016.

PITA, Javier Dias et al. Educação Ambiental no currículo técnico profissionalizante: Uma ferramenta para valorizar o meio ambiente e promover a consciência do aluno sobre a situação do planeta. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e9010212291-e9010212291, 2021.

QUEIROZ, Ednilson Paulino. A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**-ISSN 2595-2153, v. 2, n. 4, p. 101-112, 2019.

QUEIROZ, Ricardo et al. A caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de ciências. **Revista Areté| Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, v. 4, n. 7, p. 12-23, 2017.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo, Cortez: 1998. 87p. (Questões da nossa época: V. 41). ISBN 85-249-0552-2.

SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Artmed Editora, 2009.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 317-322, 2005.

SILVA, Antonio Jorge Barbosa da. A guarda da guarda municipal em ações ambientais efetivas nas unidades de Manaus, 2018. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia MPGAP/INPA) disponível em: <<https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/12936/1/tese-inpa.pdf>>. acesso em 04 de mar. de 2021.

SILVA, Denisson Coelho da. Educação Ambiental e a Guarda Civil Municipal de Ananindeua: um estudo de caso no Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva. Orientador: Luiz Augusto Silva de Souza. 2019. 48 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia)** – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2019.

SILVA, Ygor Felipe Távora Da. A legalidade da atuação da guarda municipal como agente de Educação Ambiental. **Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas, 2019.

STANQUEVSKI, C. Ambientalização curricular em uma perspectiva de Educação Ambiental freiriana. 109 f. **Mestrado em Educação. Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, SC:** 2019

THÉRY, Neli Aparecida de Mello; THÉRY, Hervé. Carajá-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental. **Praia Vermelha**, v. 19, n. 2, 2010.

TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n. 9, p. 33-50, 2001.

VENTURIERI, Bianca; SANTANA, Alzira. Concepções sobre meio ambiente de alunos do ensino fundamental em Belém-PA: estudo de caso com a EEEFM prof. Gomes Moreira Junior. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 234-245, 2016.